

ETNOMAPEAMENTO NA RESERVA INDÍGENA CARAMURU PARAGUAÇU

Ethnomapping in the Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu

Adriana Silva Souza¹

Ana Cristina de Sousa²

Carla Sandra Silva Camuso³

Leonardo Thompson da Silva⁴

Artigo recebido em: 19/12/2019.

Artigo aceito em: 05/04/2020.

RESUMO

O artigo refere-se ao etnomapeamento da Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu, sul da Bahia. Em conformidade com a proposta de elaboração de mapas mentais por povos e comunidades tradicionais, a metodologia envolveu a coleta de dados sobre a localização de construções e referências espaciais do território Pataxó Hãhãhãe. O objetivo é que o mapa seja material didático para a escola indígena local. Resulta de um processo coletivo de levantamento de informações históricas relacionadas à ocupação deste espaço, em uma atuação integrada de discentes e docentes da Licenciatura Intercultural Indígena (LINTER) do IFBA Porto Seguro.

PALAVRAS-CHAVE: Etnomapeamento; Espacialidades; Pataxó Hãhãhãe.

ABSTRACT

This paper refers to the ethnomapping of the Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu, southern Bahia. In accordance with the proposal of elaboration of mind maps by traditional peoples and communities, the methodology involved the collection of data about the location of buildings and spatial references of the Pataxó Hãhãhãe territory. The aim is for the map to be didactic material for the local indigenous school. It results from a collective process of gathering historical information related to the occupation of this space, involving integrated performance of students and teachers of the Licenciatura Intercultural Indígena (LINTER) of the IFBA Porto Seguro.

KEYWORDS: Ethnomapping; Spatialities; Pataxó Hãhãhãe.

¹ Graduada na Licenciatura Intercultural Indígena (LINTER), IFBA Campus Porto Seguro. CV: <http://lattes.cnpq.br/7484510071211412>. E-mail: adriana.apoha@gmail.com

² Doutora em Ciências Sociais. Docente da LINTER IFBA Campus Porto Seguro. CV: <http://lattes.cnpq.br/8728316537661948>. E-mail: ana_csousa@hotmail.com

³ Mestre em Educação. Docente da LINTER IFBA Campus Porto Seguro. CV: <http://lattes.cnpq.br/5004436018732502>. E-mail: carlacamuso13@gmail.com

⁴ Doutor em Geografia. Docente da LINTER IFBA Campus Porto Seguro. CV: <http://lattes.cnpq.br/1147069538264015>. E-mail: leonardothompson@gmail.com

1. Introdução

O interesse em desenvolver a pesquisa surgiu ao longo das disciplinas de Etnoarqueologia I-II e Arqueologia e Patrimônio Cultural Indígena, da Licenciatura Intercultural Indígena (LINTER) do Instituto Federal da Bahia, Campus Porto Seguro, área de Habilitação em Ciências Humanas e Sociais, quando fomos levados a registrar parte da história das etnias representadas no curso em mapas que poderiam vir a ser utilizados como material didático para os alunos das escolas indígenas, dentre outras possíveis finalidades. A proposta, amadurecida ao longo dos encontros, foi ganhando o contorno de um importante mecanismo para historicizar a dinâmica territorial das comunidades indígenas, com potencial de registrar o processo de ocupação e transformação espacial ao longo do tempo sob o olhar de quem o vivenciou e vivencia na atualidade, de seus próprios integrantes.

A elaboração dos mapas envolveu docentes do IFBA e discentes das etnias Pataxó Hãhãhãe, Pataxó e Tupinambá que integram o curso da LINTER, promovendo uma conscientização sobre a necessidade de registros espaciais das aldeias que, nas últimas décadas, tem passado por processos expressivos de alterações de seus espaços tradicionais e que guardam aspectos importantes da memória desses povos. Construções antigas sendo abandonadas ou modificadas e outras novas surgindo a cada ano fazem parte da dinâmica de qualquer contexto comunitário e não é diferente nas comunidades indígenas. Entretanto, a reflexão sobre a necessidade de se registrar a história de ocupação do espaço, como forma de preservar a memória dos lugares referencialmente importantes para cada povo, passou a ser um dos aspectos importantes na vivência acadêmica e comunitária.

Tal preocupação e interesse gerou a elaboração do registro cartográfico e de algumas memórias da Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu, com o objetivo de registrar parte da memória de constituição do espaço originário de ocupação da aldeia indígena e palco de inúmeras reuniões para dar continuidade à luta pela posse do território Pataxó Hãhãhãe. O instrumento utilizado para esse fim foi a

elaboração de um etnomapa. Segundo Little (2006, p.30-31), “os mapas mentais dos indígenas (também conhecidos como mapas nativos ou etnomapas) surgem das práticas de cartografar as múltiplas formas que os membros de um povo indígena utilizam para organizar seu espaço”. A relevância dos registros da história em forma de mapas mentais representa uma estratégia para reforçar a luta pelo território, uma vez que neles podemos apresentar as maneiras utilizadas pelos povos ao ocuparem a terra. Informações que estão guardadas nas memórias individuais e na memória coletiva dos Pataxó Hãhãe e que falam sobre o jeito de lidar com o ambiente, construir e manter um modo de vida próprio.

Entendemos que o etnomapa, como recurso didático, irá auxiliar os alunos da escola indígena a melhor compreender a relação da sua cultura com o ambiente, contribuindo para uma percepção mais minuciosa do espaço, além do processo histórico desta relação cultural. Ao mesmo tempo em que pode estimulá-los a elaborar seus próprios mapas mentais (SOUSA; GABRIEL, 2009). Isso os auxiliará a perceber que a aldeia é mais que um aglomerado de casas e pessoas, mas que se trata “de um espaço social muito mais complexo, somando ao habitat modelos de parentesco, cruzando práticas culturais a economias, juntando mesmo bichos e plantas, rotinas de trabalhos e ‘libertações’ de lazeres” (SIMÕES, 2013). Bem como os ajudará a entender o território como estando vinculado à memória e à identidade do povo (SEEMANN, 2002/2003).

2. A Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu

A Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu, localizada no sul da Bahia, nos atuais municípios de Itajú do Colônia, Camacan e Pau-Brasil, compõe um território que se estende do rio Cachoeira ou Colônia, ao norte, até o Pardo, ao sul (Figura 1). A história da criação da Reserva está relacionada à Lei Nº 198, de 21.08.1897, do Estado da Bahia, que decretou extintas várias aldeias indígenas da região, como forma de assegurar a expansão da lavoura cacaueteira. Como decorrência, o Estado da

Bahia reservou, em 1926, uma área para receber os indígenas deslocados de “São Pedro de Alcântara (Ferradas) e Catolezinho, onde viviam os Kamakã; São Fidélis, onde viviam os Gueren; Pedra Branca (Santa Rosa/São Bento), onde viviam os Kariri-Sapuyá; e Olivença, onde até hoje estão estabelecidos os Tupinambá”. A Lei N° 1916⁵, de 09/08/1926, do Estado da Bahia, sancionou a reserva de 50 léguas quadradas “destinadas á conservação das essencias florestaes naturaes e ao goso dos índios tupynambás e pataxós, ou outros ali habitantes” (CARVALHO; SOUZA; SOUZA; PEREIRA, 2012, p.7).

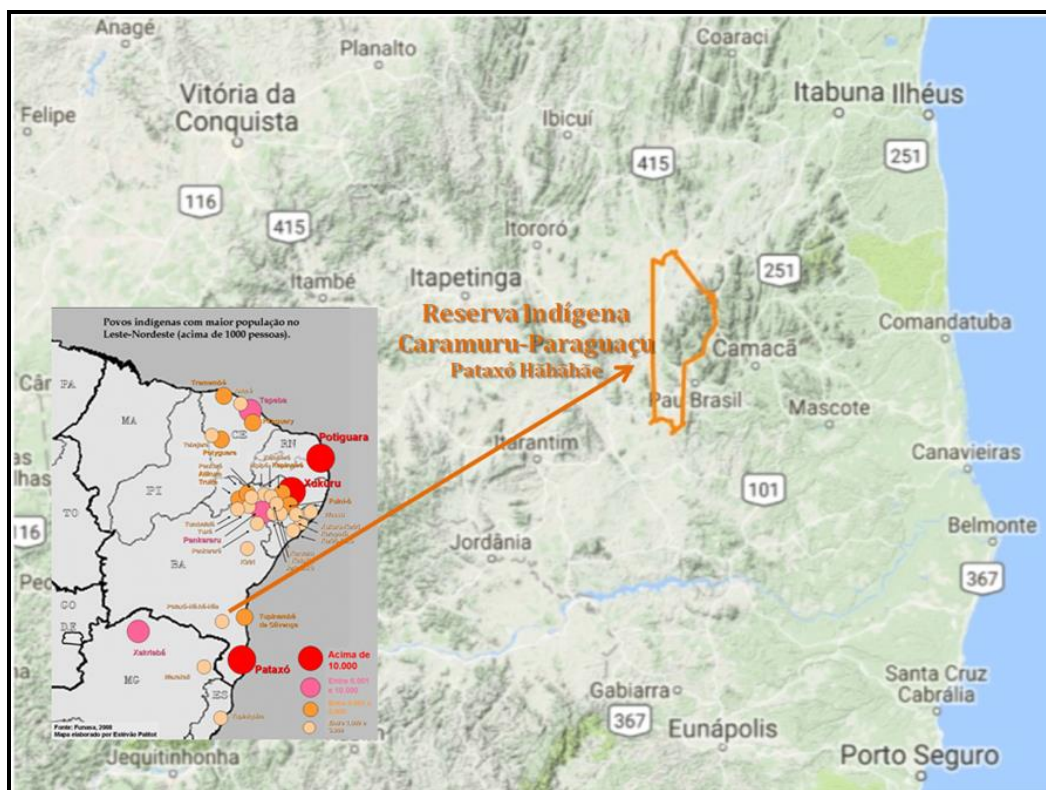


Figura 1: Localização da Reserva Indígena Caramuru-Paraguaçu, sul da Bahia.
 Fonte: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3791>. Acesso em: 10/01/2018.

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1910, se instalou na região em 1925 com a criação do Posto de Atração Paraguassu. Em 1926 e 1927, respectivamente, implantaram os postos Caramuru e Ajuricaba, este último sendo

⁵ Lei Estadual N° 1916/26, Diário Oficial, Salvador, 11/08/1926, p.9935.

extinto logo depois (CARVALHO; SOUZA, SOUZA; PEREIRA, 2012, p.8). Com tais iniciativas intensificou-se o processo de deslocamento forçado de indígenas de diversas etnias para este espaço, caracterizado pelo desrespeito às culturas e tradições destes povos, assassinatos e transmissão de doenças.

Os indígenas conhecidos sob o etnônimo Pataxó Hãhãhãe, ocupantes da Reserva, englobam as etnias Baenã, Pataxó Hãhãhãe, Kamakã, Kariri-Sapuyá e Gueren. A terra que lhes foi reservada em 1926 foi invadida por não índios e convertida em fazendas particulares. Esse processo acabou por dispersar os indígenas da antiga “Reserva Paraguassu-Caramuru”, que passou a ser ocupada por grileiros (CARVALHO; SOUZA, 2005; SOUZA, 2017; SERRA, 1985).

A partir da década de 1980, no entanto, começou o processo de retomada destas terras e luta pela posse legal do território pelo povo. Somente em maio de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, deu início ao julgamento de Anulação de Títulos Imobiliários das terras indígenas doadas aos posseiros e fazendeiros do sul da Bahia, municípios de Pau Brasil, Itaju do Colônia e Camacan, quando finalmente reconheceu a nulidade dos Títulos Imobiliários. A partir de então, o povo foi oficialmente reconhecido como dono do território, passando a ter mais segurança para viver em uma localidade com tanto histórico de conflito.

Por uma rápida retrospectiva do longo do processo de luta pela terra, podemos registrar que a primeira área a ser retomada foi a Fazenda São Lucas (Figura 2), onde originalmente se implantou o “Posto Indígena Paraguassu” (SOUZA, 2017, p.57), com área de 1.079 ha de terra, considerada pelo povo como um ponto de referência, onde sempre se reuniram para organizar a defesa dos direitos e para praticar o ritual, pedindo forças a Tupã e aos ancestrais para que os espíritos fossem fortalecidos na luta pelo território de origem, como sempre se reportam os indígenas da região.

O processo de retomada da área levou muitas negociações e tensão entre indígenas, representados pela FUNAI no plano legal, e poderosos fazendeiros que

foram beneficiados pela concessão irregular de terras indígenas, intensificada pelo Governador do Estado, Antônio Carlos Magalhães.

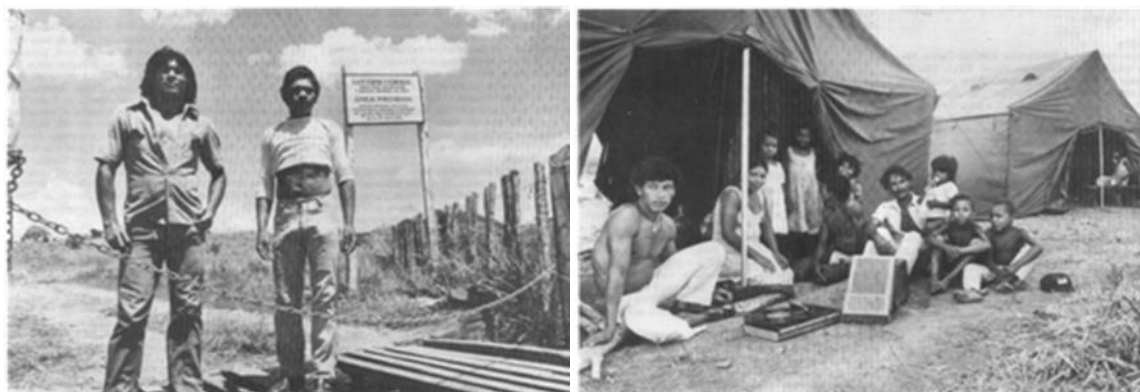


Figura 2: Indígenas Pataxó Hãhãhãe acampados em tendas do Exército, em 1982, durante a retomada das terras na Fazenda São Lucas, município de Pau-Brasil, sul da Bahia⁶ (CEDI, 1983).

O Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI, 1983) registrou que os jornais da época chegaram a repercutir um pouco dos conflitos, a exemplo do O Estado de São Paulo (01/05/1982) – “Reintegrada área pataxó. Agentes da Polícia Federal armados de metralhadoras garantira, a pedido da FUNAI, a execução de um mandado judicial retomando para os índios Pataxó do posto Paraguassu, no sul da Bahia [...]”– e o Jornal do Brasil (24/05/1982), que registrou:

[...] E são acusados de grilagem
Descendentes dos que receberam Pedro Álvares Cabral, os índios pataxós ha-ha-hae, que retomaram parte de suas terras de onde haviam sido expulsos há uns 15 anos, paradoxalmente estão sendo acusados agora de grilagem pelos fazendeiros da região. No momento, o clima é de tensão nos municípios de Pau-Brasil e Itaju do Colônia. Agentes da Polícia Federal que estão na área protegendo os índios denunciaram que os fazendeiros estão armados e ameaçam matar os silvícolas que saíram dos limites dos 400 hectares que voltaram a ocupar dos 36 mil hectares a

⁶ Legenda que acompanha as fotos na publicação original da Abril Pres: “Cedendo às pressões dos fazendeiros, às vésperas das eleições de 15 de novembro, a FUNAI resolveu afastar os índios de suas terras, na Fazenda São Lucas, município de Pau Brasil, no sul da Bahia, transferindo-os para o Centro de Pesquisa Experimental de Almada. Concedida uma liminar judicial (logo caçada) os índios voltaram a ocupar suas terras onde permanecem até hoje, acampados em tendas do exército (fotos Luciano Andrade/Abril Pres)” (CEDI, 1983, p.73).

que têm direito. Na verdade, a disputa estabelecida entre a FUNAI e os índios por um lado e os fazendeiros e o Governo do Estado, por outro, vem-se prolongando desde a década de 50, quando fazendeiros arrendatários das terras dos índios resolveram apresentar-se como pretensos proprietários (CEDI, 1983, p.74).

As histórias dos conflitos e injustiças, desde a fase inicial de ocupação destas terras, fazem parte do cotidiano do povo, sendo narradas e recontadas para os mais novos como forma de reverenciar os antepassados e alimentar o espírito de luta pela manutenção do território e da cultura. A partir de 1982, até os dias atuais, os conflitos por questão fundiária passaram a se agravar, levando à morte vários indígenas e exigindo novas estratégias de resistência que serão em parte aqui registradas ao longo da descrição dos espaços em que ocorreram.

Cabe frisar que os dados demográficos, disponíveis para o ano de 2014, indicaram uma população de 2.219 pessoas, somando os 2.147 indivíduos residentes na Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu e os 72 habitantes da Fazenda Baiana⁷.

3. O Etnomapeamento na Aldeia

Diante da complexidade e amplitude espaço-temporal do universo a ser analisado, fez-se a opção pela seleção de registro e descrição de lugares simbolicamente mais relevantes para a comunidade. Inúmeros colaboradores indígenas foram fundamentais ao longo do processo, ajudando-nos a definir contextos mais expressivos, cabendo destacar a parceria de outros discentes da LINTER: Margarida Pataxó Rocha de Oliveira; Maria de Fátima Rocha de Oliveira; Alesandra Lima Santos; Tiara Barboza Cruz; Edilson Jesus de Souza e Iglésio Pereira da Silva (Figura 3). Como integrantes da área de habilitação em Ciências Humanas e Sociais da LINTER, essa equipe assumiu o desafio de contar e registrar um pouco da história deste espaço ao longo das disciplinas de Etnoarqueologia I-II

⁷ Ver dados em Povos Indígenas no Brasil – Pataxó Hã-hã-hãe. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/pataxo-ha-ha-hae/917>. Acesso em 10/08/2015.

e Arqueologia e Patrimônio Cultural Indígena, o que envolveu o início da elaboração da documentação sobre o processo de ocupação deste espaço e de sua história. As memórias pessoais somadas alimentaram os dados aqui expostos, mas é de nossa inteira responsabilidade os erros que podemos ter cometido ao organizar as informações.



Figura 3: Aula da disciplina Etnoarqueologia I, do Tempo Comunidade da LINTER, realizada em 31/03/2014 em Caramuru, quando percorremos a área da aldeia (esq.). Destaque para o início de elaboração dos rascunhos do que viria a ser o etnomapa (dir.). Fonte: Iglésio Pereira da Silva e Ana Cristina de Sousa.

Pelo fato dos alunos colaboradores terem vivenciado as dinâmicas de retomada após 1982, há muita clareza quanto ao processo de ocupação deste espaço, o que nos permite dizer que o mapa elaborado tem relação direta com tais memórias, sem deixar de assumir que a cada dia tais lembranças são revividas, no convívio com parentes e amigos da comunidade. Por isso é difícil falar sobre as fontes consultadas, pois há um pouco de todos os habitantes da Reserva na composição do referencial histórico que subsidiou a pesquisa.

Inicialmente, a intenção foi a de fazer o registro apenas da parte central da Aldeia Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu, considerada local de grande referência histórica da presença indígena no território (Figura 4). Com o desenvolvimento do trabalho, fomos percebendo a necessidade de ampliar a área de intervenção para englobar outras regiões em que se assentaram famílias pertencentes

aos grupos étnicos que compõe o povo Pataxó Hãhãhãe e que representam espaços igualmente importantes ao longo desta trajetória (Figura 5).

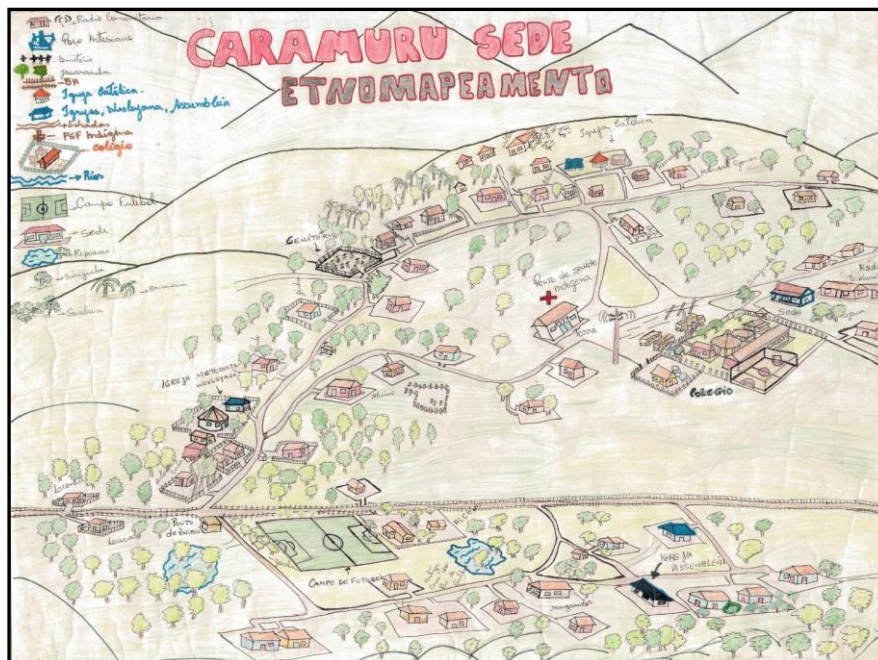


Figura 4: Mapa mental (etnomapa) de parte do território do povo Pataxó Hãhãhãe, na Reserva Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu, representando a área central da Aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu. Ilustrações sem escala. Elaborada por: Adriana Silva Souza.

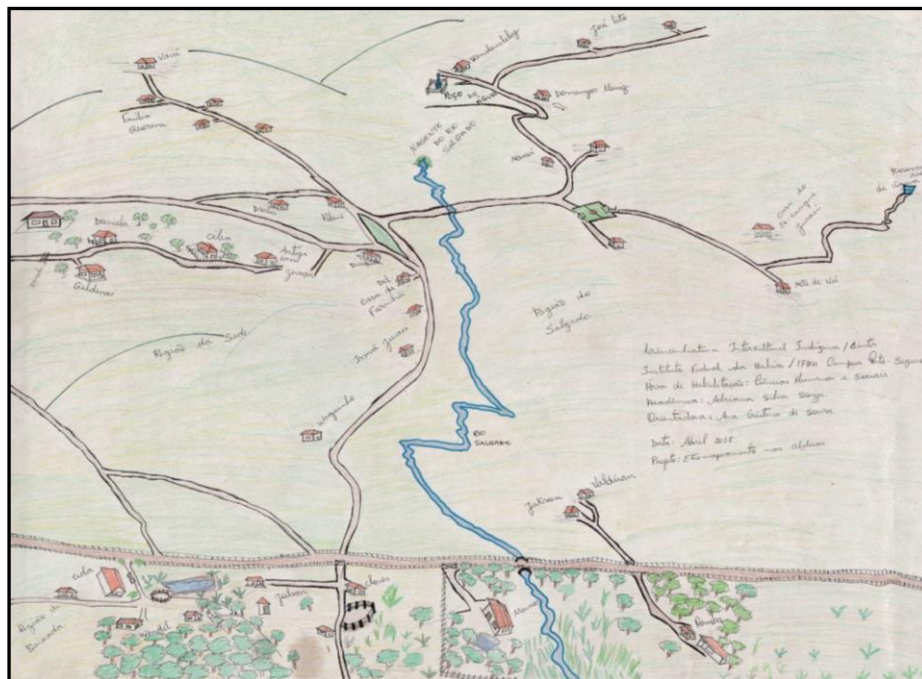


Figura 5: Mapa mental (etnomapa) de parte do território do povo Pataxó Hãhãhãe, na Reserva Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu, representando as regiões de assentamentos das diversas etnias que compõem esse povo. Ilustrações sem escala. Elaborada por: Adriana Silva Souza.

Nos mapas é possível perceber a presença das principais referências espaciais da localidade: as vias de acesso; algumas casas com a identificação de moradores; estabelecimentos coletivos (como igrejas, escola, cemitério, posto de saúde e áreas de lazer); o único rio que corta o território; dentre outros elementos. Espaços e estruturas que refletem a história e que merecem ser registrados, até mesmo em função das constantes transformações a que estão submetidos.

Na impossibilidade de descrever em detalhes todas as estruturas registradas no etnomapa, fizemos a opção pela seleção de algumas das mais importantes para a comunidade e que compõem parte do que denominamos a região da “sede da aldeia” ou “Caramuru sede” (Figura 4).

Sede

A construção denominada sede refere-se àquela que abrigava a antiga sede do “Posto Paraguassu”, implantado pelo SPI em 1925, e que mais tarde ficou sob arrendamento ilegal do fazendeiro Jenner Pereira, passando a abrigar a sede da sua fazenda São Lucas (Figura 6). Por ser um dos locais originais de ocupação da reserva indígena e de grande importância política e cultural é que o termo sede passou a designar toda a região em seu entorno imediato.

O termo sede para esta construção sempre foi utilizado pelo povo Pataxó Hãhãhãe. Embora muitas pessoas possam ter em mente que o utilizam em função da referida fazenda, o fato é que ele remete ao tempo do “Posto Paraguassu”, como é possível constatar pelos dados históricos, além da oralidade indígena. Tal informação pode ser encontrada na sentença do Juiz José Lázaro A. Guimarães concedendo liminar no Interdito Proibitório N° 32096/7.11.1983, fl. 1723, requerido pela FUNAI contra Jenner Pereira Rocha, onde observa que “Àquela época, o suplicado já tomara até a sede do Posto Paraguassu, onde estabelecera a sede de sua fazenda” (SERRA, 1985).

Com a retomada desta localidade pelos indígenas, o edifício passou a abrigar as dependências da FUNAI, o posto de saúde e sua farmácia, sendo transformada em moradia com o passar dos anos, de início para o chefe do Posto e, posteriormente, para famílias indígenas. Atualmente o prédio encontra-se em desuso, embora exista uma proposta para transformá-lo em um museu que possa ajudar a salvaguardar a memória da comunidade.



Figura 6: Aula da disciplina Etnoarqueologia I, do Tempo Comunidade da LINTER, realizada em 31/03/2014 em Caramuru, quando percorremos a área da aldeia e iniciamos o registro do etnomapa. Destaque para a construção que abrigou a sede do antigo “Posto Paraguassu”, a sede da Fazenda São Lucas e, posteriormente, a sede da FUNAI, Posto Médico e residências. Fonte: Ana Cristina de Sousa.

Salas de aula e Rádio Comunitária “Caramuru FM”

Trata-se de um grupo de construções anexas à sede (Figura 7) e que foram edificadas para abrigar salas de aulas visando atender à demanda de formação dos jovens e das crianças indígenas, da primeira a oitava séries. Uma escola improvisada foi assim construída enquanto se aguardava a construção do colégio definitivo. Ainda hoje três salas são utilizadas para aulas, como extensão do colégio. Além dessas salas, alguns cômodos de casas familiares nas imediações foram adaptados como salas de aula ao longo de muitos anos.

Hoje, uma dessas construções abriga a Rádio Comunitária dos Pataxó Hãhãhãe, “Caramuru FM”, importante veículo de comunicação e divulgação de demandas, prestando um valioso serviço social à aldeia.



Figura 7: Aula da disciplina Etnoarqueologia I, do Tempo Comunidade da LINTER, realizada em 31/03/2014 em Caramuru, quando percorremos a área da aldeia e iniciamos o registro do etnomapa. Construções anexas à sede que abrigam salas de aula e a Rádio Comunitária “Caramuru FM” (esq.) e residências indígenas que já serviram como salas de aula (dir.). Fonte: Ana Cristina de Sousa.

Antigo Correntão

A partir dos conflitos gerados pela terra, em 1982, o povo passou a ter uma grande preocupação com a entrada da Aldeia Caramuru, pois era onde os grileiros tentavam intimidá-los e, muitas vezes, invadiam e assassinavam indígenas com o argumento que queriam retomar suas terras. Em função disso, reuniões constantes eram feitas na aldeia entre as lideranças com o intuito de montar estratégias de defesas contra os invasores.

Uma das formas de organização era tentar impedir o acesso à entrada da aldeia, utilizando-se de um correntão amarrado a mourões com cadeado na estrada, que passava a ser vigiada constantemente por equipes de indígenas que se revezavam no controle do acesso das pessoas (Figura 8). A cada dia o grupo que nele atuava era substituído e novas estratégias eram somadas em momentos de intensificação do conflito com os grileiros, a exemplo da queima de madeira e pneus, acúmulo de pedras e abertura de valetas na estrada, dificultando a transposição daquela entrada.



Figura 8: Trecho da estrada de acesso à aldeia em que era instalado o correntão, junto ao atual ponto de ônibus, como parte da estratégia de controle ao acesso de não indígenas à comunidade. Fonte: Adriana Silva Souza.

Com a repercussão desse movimento, muitas famílias indígenas de outras localidades vieram contribuir e, mesmo correndo perigo, queriam compor o grupo de resistência para juntos conquistarem o território. Ao chegarem neste local, as famílias eram recebidas pelos vigilantes que levavam a informação ao Cacique Nelson Saracura para que este viesse ao correntão conversar com os indígenas. O grande receio era o de que pessoas mal intencionadas tivessem acesso ao território sob pretexto de auxiliar na luta. Por isso, o Cacique ia até elas para interrogá-las sobre suas intenções e o povo a que pertenciam, mesmo correndo o risco de ser capturado pelos grileiros que poderiam armar uma cilada para a sua prisão e com isso enfraquecer o movimento de resistência do povo. Após ouvir as famílias, o Cacique dava o parecer definitivo se elas poderiam aderir ou não ao movimento. O controle era tão rigoroso e eficaz que até mesmo as viaturas oficiais da Polícia Federal, da FUNAI, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e de outras entidades que apoiavam a causa indígena passavam por essa fiscalização.

Toda esta dinâmica fez com que este espaço fosse agregador de várias pessoas e atividades da comunidade. Nele se faziam rituais envolvendo homens, mulheres e crianças, visando à proteção de todos e o sucesso na luta. Famílias se envolviam na obtenção e preparação da alimentação para o grupo de vigilantes, cada uma colaborando com o que fosse possível, indo de um pão a uma cesta básica. Consideramos que até os dias atuais este local representa uma forte referência para o povo, mesmo entendendo que ali existiram momentos de muita dor e revolta, mas

também de vitórias, pois, se não fossem todos esses sofrimentos as conquistas não teriam ocorrido.

Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu

A escola da aldeia surgiu em 1982, a partir da necessidade que a comunidade teve de educar seus filhos com uma educação formal, voltada para o domínio dos conhecimentos produzidos pela sociedade envolvente, objetivando a reafirmação sociocultural, bem como a formação de jovens capazes de lidar com questões relevantes à luta do povo e preservação dos valores culturais subtraídos pelos constantes contatos.

Na época de implantação, os professores eram não indígenas e não conseguiam se adaptar à região, o que fazia com que o ano letivo nunca chegasse a se finalizar. Em 1984, os líderes da época convidaram a Profa. Maria José Muniz de Andrade, índia que trabalhava em uma cidade vizinha, para atuar como docente na escola. O convite e o desafio foram aceitos por Maria Muniz que passou a trabalhar com todos os segmentos da Educação Infantil e Ensino Fundamental I (1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries). Durante quatro anos ela trabalhou sozinha, turnos diurno e noturno, para dar conta de todo o alunado, sendo que após esse período alguns de seus alunos foram convidados a lhe ajudar. O excesso de trabalho já tinha começado a comprometer a saúde da mestra e, a partir de 1989, começaram a ocorrer contratações dos alunos auxiliares.

As aulas ocorriam em salas improvisadas, em anexos da antiga sede, cedidos pelo Chefe do Posto, ou em outras casas da aldeia (Figura 7). Como o número de alunos não parava de crescer, Cacique e demais lideranças passaram a reivindicar a reforma das salas improvisadas e, posteriormente, a construção de uma escola. Após muita pressão dos povos indígenas, o Governo Estadual aprovou a construção de três escolas para atender as demandas dos povos indígenas do sul e extremo-sul da Bahia, nas aldeias de Barra Velha (Pataxó), Boca da Mata (Pataxó) e Caramuru (Pataxó Hãhãhã).

Uma vez aprovado o projeto, o desafio foi o de escolher o local da construção. A decisão dos líderes recaiu sobre um local de grande importância para a comunidade no processo de retorno para este território. Ficou decidido que a escola seria construída no local do antigo curral existente frente à sede da antiga Fazenda Lucas, que tinha sido o centro da ocupação na retomada de 1982. Os indígenas relatam que no curral se assentaram várias famílias antes da construção de suas casas, tendo sido, a partir de então, espaço de várias atividades históricas para a comunidade (Figura 9).



Figura 9: Antigo curral, local selecionado para a construção do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu, localizado em frente à sede e que abrigou as famílias indígenas na retomada inicial, passando a ser o espaço de reuniões da comunidade. Fonte: Adriana Silva Souza.

Finalmente, em 2001, após muitos anos de lutas, a escola foi construída. Com ela pronta, conseguiram implantar o Curso Educação de Jovens e Adultos (EJA) - Estágio IV e V, turmas seriadas de 5ª a 8ª séries e, em 2005, o Ensino Médio, quando a escola passou a ser denominada Colégio Estadual da Aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu. Hoje o Colégio atende diferentes modalidades de ensino: Educação Infantil; Ensino Fundamental I e II; Ensino Médio; EJA e Estágio IV, V, VI e VII. Possui um quadro de funcionários composto por 99% de indígenas, atendendo um alunado de diferentes faixas etárias em turmas seriadas e multisseriadas (Figura 10).



Figura 10: Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu. Fonte: Ana Cristina de Sousa.

Esta é parte da história da escola e de como se deu o processo educacional dos Pataxó Hãhãhãe. Embora se trate de um prédio espaçoso que atende parte das necessidades urgentes, ainda hoje trabalham com salas improvisadas nas regiões mais distantes. As salas multisseriadas ainda são uma realidade para o atendimento de alunos de diversas faixas etárias, o que representa um grande desafio a ser superado em nome de um ensino de melhor qualidade.

A escola na aldeia é um dos símbolos de força e união dos Hãhãhãe, representa a história e a luta pela conquista da terra, sendo um símbolo de reafirmação da identidade étnica e cultural como um todo.

Campo de Futebol

Pelos relatos dos mais antigos, o espaço anteriormente utilizado para atividades esportivas era muito amplo e localizava-se próximo à sede da antiga Fazenda São Lucas, ao lado do curral utilizado coletivamente pela comunidade. Tempos depois o colégio foi construído nesse espaço, o que levou os pequenos grupos de jogadores de futebol a procurar outro local mais distante, próximo a via de acesso aos municípios Itajú do Colônia e Pau Brasil. Com o passar do tempo, a comunidade constatou que se tratava de um bom local para o desenvolvimento das atividades esportivas e, com o apoio dos prefeitos das cidades vizinhas, o campo foi

ampliado e se transformou em um belo espaço que, além das atividades esportivas, passou a abrigar atividades culturais, educativas e políticas do povo (Figura 11).



Figura 11: Campo de futebol da Reserva Indígena. Fonte: Adriana Silva Souza.

No que se refere ao futebol, especificamente, aos poucos a comunidade passou a se envolver de forma mais intensa nos finais de semana, quando eram atraídas adultos, jovens e crianças para acompanhar os campeonatos e torneios ali realizados. Vale ressaltar que os jogos não envolviam apenas os indígenas, mas também equipes de jogadores de Pau Brasil e Itajú do Colônia, configurando-se em momentos importantes de integração social e lazer.

Cemitério Pataxó Hãhãhãe

O cemitério é considerado um espaço muito importante para a comunidade, onde o povo busca recordar e fortalecer a espiritualidade, inspirado nos espíritos dos antepassados. Cada ente querido ali sepultado teve participação importante ao longo de todo o processo de luta pela retomada territorial e continuidade cultural. Os jovens têm consciência do legado recebido dos antepassados e do compromisso em dar continuidade a ele, motivo pelo qual se trata de um local de importante inspiração para todos. Indígenas das várias etnias que compõem o povo Hãhãhãe estão ali sepultados em consequência das mais variadas causas, sendo muito comum o falecimento por problemas de saúde agravados pela falta de atendimento médico e por assassinatos (Figura 12).



Figura 12: Cemitério Pataxó Hãhãhãe. Fonte: Adriana Silva Souza.

4. Considerações Finais

Em síntese, a pesquisa resultou na percepção do potencial da produção cartográfica como estratégia de fortalecimento da identidade cultural dos Pataxó Hãhãhãe. Ao se registrar espaços significativos e os movimentos neles empreendidos pela comunidade ao longo do tempo, contribuímos para afirmar a história do povo, bem como para reforçar o vínculo indissociável entre cultura e território.

O registro realizado ao longo do percurso da pesquisa resulta de um longo processo de qualificação dos discentes da LINTER como pesquisadores de suas próprias histórias. Entendemos que este processo é determinante para o futuro das intervenções a serem feitas nas comunidades indígenas, bem como em outros contextos tradicionais. Entretanto, compartilhamos de uma compreensão de que o acesso à complexidade do universo acadêmico, que inclui os mecanismos de divulgação das pesquisas, ainda requer, em algumas situações, ser realizado e percorrido em parceria com os formadores.

O que aqui apresentamos é exatamente o fruto desta parceria, que resultou na elaboração de um trabalho de conclusão de curso de uma aluna indígena da LINTER, alimentada pelo diálogo entre discentes da comunidade e docentes que contribuíram para a sua decodificação visando um segmento importante do universo acadêmico relacionado à publicação.

Referências

CARVALHO, Maria Rosário; SOUZA, Ana Cláudia G.; SOUZA, Jurema Machado de A.; PEREIRA, Hugo Prudente (Orgs.). **Mapeando parentes: identidade, memória, território e parentesco na Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu**. Salvador: UFBA, 2012.

CARVALHO, Maria Rosário; SOUZA, Jurema Machado de A. Verbete Pataxó Hãhãhã. **Enciclopédia dos Povos Indígenas**. <www.socioambiental.org.br>. Acesso em: 13 fev. 2018.

CEDI – CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. **Aconteceu: Povos Indígenas no Brasil/1982**. Especial 12 Abril de 1983, Fatos Destacados da Imprensa, 1983.

LITTLE, Paul E. **Gestão Territorial em Terras Indígenas**: definição de conceitos e propostas de diretrizes. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. Relatório Final entregue à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA-AC) / Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI-AC), Agência da GTZ no Brasil (GTZ), Rio Branco / AC, 15/12/2006.

SEEMANN, Jörn. **O Espaço da Memória e a Memória do Espaço**: algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, Sobral, v. 4/5, p.43-53, 2002/2003.

SERRA, Ordep. **A luta Pataxó Hãhãhãe**: notas sobre a história e a situação da Reserva Paraguassu-Caramuru. Associação Nacional de Apoio ao Índio da Bahia – Salvador: Anaí-Bahia, março 1985.

SIMÕES, José Manuel. **Etnografia, lugares da memória e o discurso dos poderes na Aldeia Pontiguara**. E-hum *Revista Científica das Áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte*, v.6, n.2, Agosto/Dezembro de 2013. Disponível em: www.http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index. Acesso em 13 fev. 2018.

SOUZA, Luciley de Feitosa; GABRIEL, Kelton. **Das Imagens aos Mapas Mentais**: uma proposta de entendimento das percepções presentes em escolas ribeirinhas de Porto Velho. UFPR / UNIR /UFPR. 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia, Porto Alegre / RS, 30/09/2009.

SOUZA, Jurema Machado de Andrade. **Os indígenas da Reserva Caramuru-Paraguassu**: famílias étnicas e organização política. *Revista de Estudos em Relações Interétnicas*, v. 20, n. 2, 2017, p. 52-67.